

boletim Trabalho e CONSTRUÇÃO

Dezembro 2011 – Nº 6

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Salários na Construção Civil nos anos 2000: entre a formalização e a rotatividade

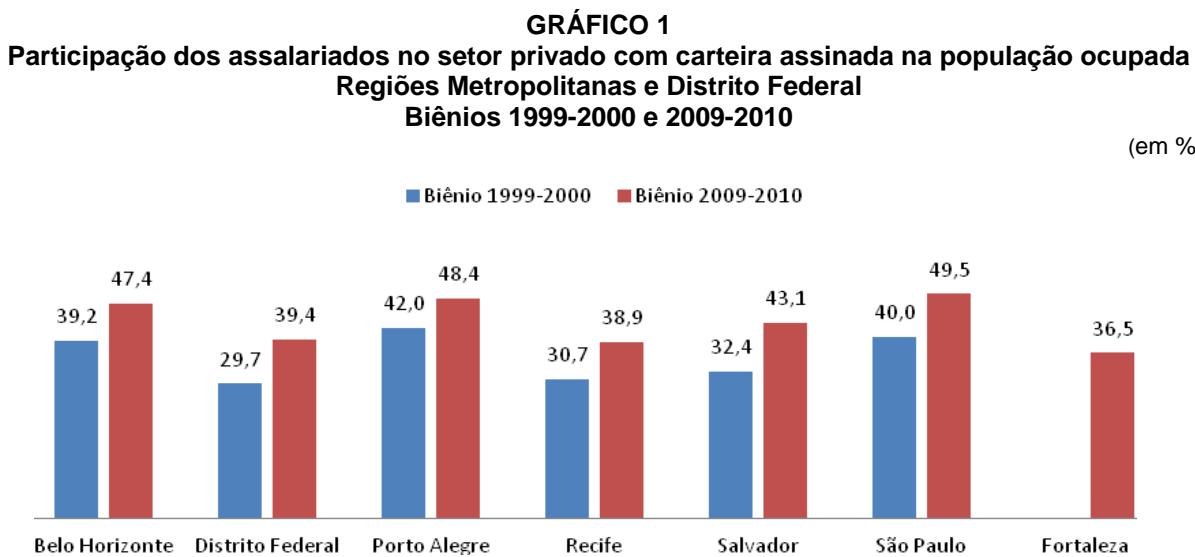
Durante a década de 1990, com o enfraquecimento das instituições reguladoras da economia e da sociedade brasileira, o mercado de trabalho foi fortemente pressionado para a flexibilização. Uma das consequências mais visíveis desse movimento se manifestou no recrudescimento do emprego protegido, aquele delineado pela consolidação das leis trabalhistas.

O contexto de crescimento econômico dos anos 2000, associado a iniciativas públicas promotoras do desenvolvimento, desenharam um novo quadro. A recuperação do mercado de trabalho nesse período mais recente não se restringiu, todavia, à geração de oportunidades de trabalho e à redução no desemprego: houve uma mudança qualitativa na estrutura ocupacional urbana, com o expressivo aumento do contingente de trabalhadores que se inserem no mercado de trabalho através do assalariamento com carteira assinada. As relações de trabalho na construção civil acompanharam esse processo.

Como será mostrado nesta 6ª edição do Boletim Trabalho e Construção, o aumento da formalização da ocupação na construção civil tem o potencial de recuperar o nível salarial do setor, uma vez que os trabalhadores assalariados com carteira assinada possuem maiores rendimentos. Por outro lado, o estudo também mostrará que outra característica histórica nas relações de trabalho da construção civil brasileira atua em sentido contrário ao da recuperação salarial no setor: a elevada rotatividade dos trabalhadores.

Para retratar esse movimento, o estudo utilizou indicadores construídos a partir das estatísticas apuradas pelo Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego - Sistema PED, realizado pelo convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e parceiros regionais no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

Em todas as regiões pesquisadas pelo Sistema PED, entre os biênios 1999-2000 e 2009-2010, é notável a expansão do emprego no setor privado com carteira assinada. O crescimento mais expressivo ocorreu na Região Metropolitana de Salvador, onde a proporção de trabalhadores com carteira assinada no setor privado passou de 32,4% no início da década para os atuais 43,1% (Gráfico 1).



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Esta tendência também é observada na construção civil. Nesse setor, nas regiões pesquisadas, o percentual de trabalhadores com carteira assinada aumentou de forma generalizada, com destaque para Belo Horizonte (de 31,9% para 46,6%) e São Paulo (de 26,1% para 36,8%). Apesar do expressivo aumento, este tipo de inserção ainda fica muito aquém do patamar observado nos demais setores (Tabela 1).

TABELA 1
Participação dos assalariados no setor privado com carteira assinada na população ocupada, por setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Biênios 1999-2000 e 2009-2010

Regiões Pesquisadas	Biênio 1999-2000				Biênio 2009-2010				(em %)
	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil	
Belo Horizonte	65,5	49,6	37,6	31,9	72,7	63,2	43,2	46,6	
Distrito Federal	46,4	46,3	30,1	33,5	51,7	57,2	39,6	42,4	
Fortaleza	-	-	-	-	55,5	36,5	37,0	33,5	
Porto Alegre	72,6	46,7	36,5	29,3	78,4	59,3	42,4	36,3	
Recife	63,0	30,9	30,9	36,1	69,2	42,6	39,0	44,9	
Salvador	57,1	38,4	33,0	40,3	72,0	50,6	42,5	46,8	
São Paulo	65,9	38,5	39,0	26,1	72,3	53,4	49,2	36,8	

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

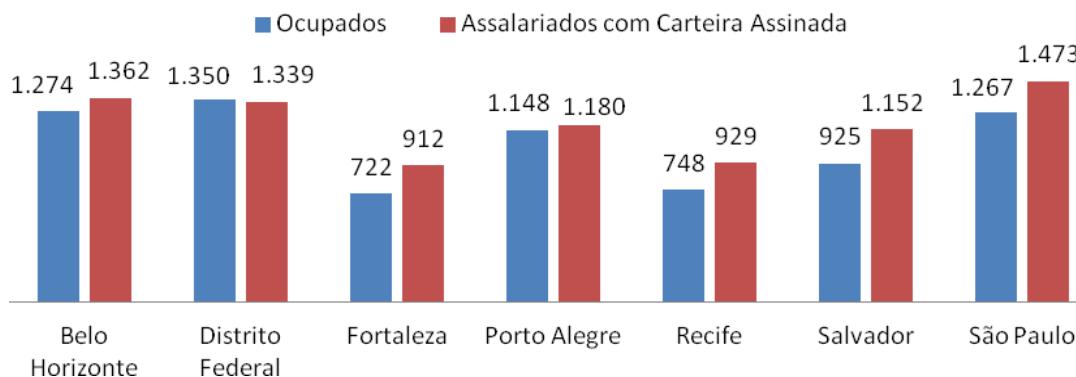
Elaboração: DIEESE

O crescimento do emprego com carteira assinada é importante na medida em que favorece a melhor inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Além de oferecer uma condição de trabalho socialmente mais protegida, amparada pelos direitos previdenciários e trabalhistas (como férias, 13º salário, habilitação ao seguro desemprego, entre outros), o assalariamento com carteira assinada na construção civil implica também melhores rendimentos para os trabalhadores.

No conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas pelo Sistema PED, o rendimento mensal médio dos trabalhadores na construção civil em 2009-2010 era de R\$ 1.138. Entre as regiões, o rendimento dos ocupados variou de R\$ 1.350 no Distrito Federal até R\$ 722 na Região Metropolitana de Fortaleza, refletindo distintas configurações dos mercados de trabalho e diferenças econômicas e sociais que permeiam esses mercados (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Rendimento real médio¹ dos ocupados e dos assalariados
do setor privado com carteira assinada² na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Biênio 2009-2010

(em R\$ de setembro de 2011)



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

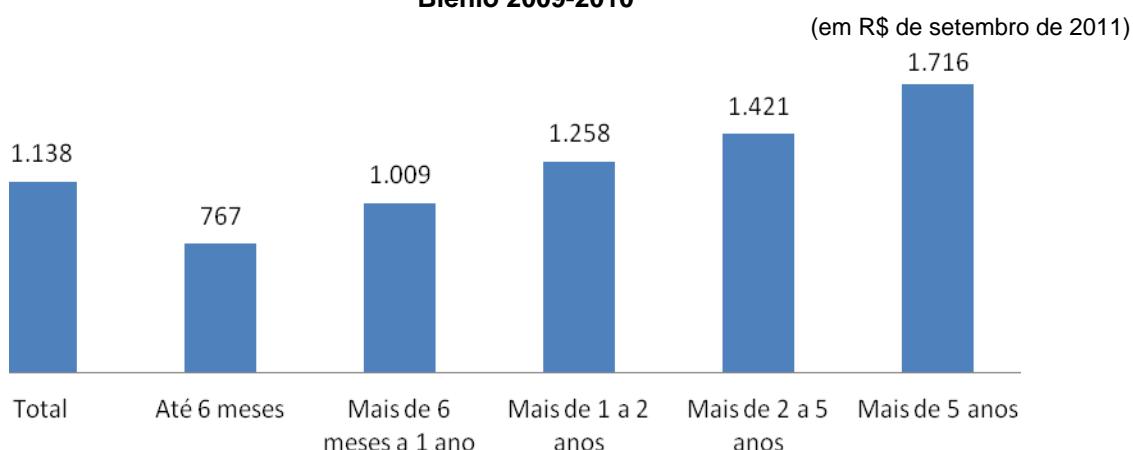
Nota: 1) Inflatores utilizados: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

2) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício

Contudo, em quase todas as regiões, com exceção do Distrito Federal, os trabalhadores assalariados com carteira assinada recebiam mensalmente salários maiores do que o rendimento médio dos ocupados. Essa diferença é maior nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Recife, onde o rendimento médio de um assalariado na construção civil superava, em torno de 25%, o rendimento médio de um trabalhador ocupado do mesmo setor.

Outro fator capaz de aumentar o rendimento na construção civil é o tempo maior de permanência no emprego. Entre aqueles que permanecem até seis meses no posto, o rendimento foi de R\$ 767, enquanto aqueles com mais de cinco anos recebiam mais do que o dobro, atingindo R\$ 1.716 (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Rendimento real médio¹ dos ocupados na construção civil², por tempo de emprego
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Biênio 2009-2010



Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inflatores utilizados: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

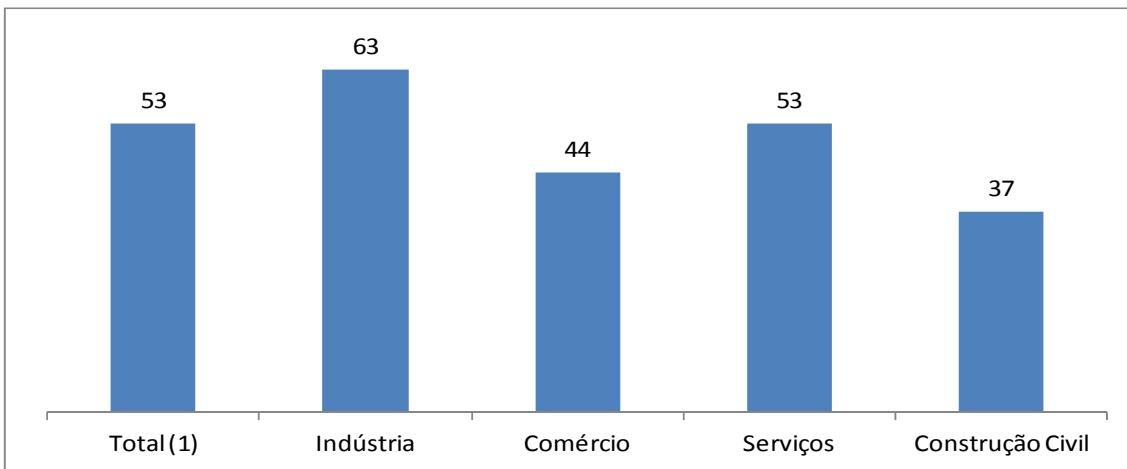
2) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie e benefício

Por sua vez, a construção civil é, segundo estudo recentemente publicado pelo DIEESE¹, o setor que apresenta a maior taxa de rotatividade de trabalhadores. A análise dos dados do Sistema PED corrobora a afirmação: o tempo médio de permanência no trabalho principal dos trabalhadores assalariados do setor privado com carteira assinada na construção civil é de 37 meses, o menor entre os demais setores (Gráfico 4).

¹ DIEESE, “Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho” - São Paulo: DIEESE, 2011.

GRÁFICO 4
Tempo médio de permanência no trabalho principal dos assalariados do setor privado com carteira assinada, por setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Biênio 2009-2010

(em meses)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: Inclui indústria, comércio, serviços, construção civil, serviços domésticos e outros setores

Cabe ponderar que o fenômeno da rotatividade não se restringe somente ao setor da construção civil, mas atinge o mercado de trabalho brasileiro como um todo. O baixo tempo médio de emprego dos trabalhadores de outros setores, como sintetizado no Gráfico 4, confirma este quadro. Segundo comparação internacional, realizada pelo DIEESE, o Brasil apresenta o mais baixo tempo médio de permanência no trabalho entre 25 países. A situação do país só é melhor que a dos Estados Unidos.

O baixo tempo de permanência do trabalhador no posto, na construção civil, representa um impacto sobre os rendimentos dos trabalhadores. Sabe-se que a qualificação profissional nesse setor é fundamental, porém, em algumas ocupações, essa formação ocorre especialmente por meio da prática cotidiana do trabalho. Nesse sentido, a experiência profissional é fator determinante para maior qualificação e maiores rendimentos dos trabalhadores.

Mesmo considerando que a intermitência no trabalho seja da natureza da atividade na construção civil, a elevada rotatividade acaba por conter os ganhos salariais que o aumento da formalização poderia propiciar ao trabalhador. Ou seja, a rotatividade na construção civil é funcional ao empregador na medida em quesegura o aumento de renda dos trabalhadores, que poderia ser trazido por uma relação de trabalho formalizada.



Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. **Apoio:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT.

Regiões Metropolitanas

São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – Sert. **Porto Alegre:** Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul – SJDS; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS-Sine/RS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA. **Distrito Federal:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal – Setrab. **Belo Horizonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais – Seplag; Fundação João Pinheiro – FJP; Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego – Sete MG. **Salvador:** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – Setre; Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho. **Recife:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – Condepe/Fidem; Secretaria Especial da Juventude e Emprego – Seje; Secretaria de Planejamento e Gestão; Agência do Trabalho – Sine/PE. **Fortaleza:** Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará – STDS; Sistema Nacional de Emprego – Sine/CE